



XIII CONCONDSEF

IV CONFENADSEF

Caderno de Resoluções

**RESISTIR E LUTAR
POR DIREITOS,
DEMOCRACIA
E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Hotel Nacional - Brasília/DF
13 a 15 de Dezembro de 2019**



APRESENTAÇÃO

RUMO À GREVE EM 18 DE MARÇO

Reunindo 401 delegados representando a base de 38 entidades filiadas, de 25 estados, o XIII Congresso da Condsef e IV da Fenadsef ocorreram de 13 a 15/12, em Brasília.

Exposições do DIEESE, DIAP, CUT e ISP demonstraram os graves prejuízos da população trabalhadora se forem aprovadas as PECs 186, 187 e 188, além da MP 905 (carteira de trabalho sem direitos).

São medidas que decorrem da Emenda Constitucional 95 (congelamento dos gastos públicos por 20 anos) e, se aplicadas, significarão o desmonte completo das políticas públicas, a começar pela saúde e educação.

O objetivo do governo é privatizar tudo para que os serviços públicos sejam fonte de lucro para empresas privadas, aumentando ainda mais a desigualdade social do país. A contrarreforma administrativa - ainda não apresentada e que ataca profundamente os servidores - é consequência dessa política.

Essa ofensiva contra os direitos e conquistas dos trabalhadores e dos povos é generalizada em todo o mundo. É o capital financeiro que domina os mercados e precisa sugar todas as riquezas para manter taxas de lucro. Também é generalizada a resistência (França, Líbia, Iraque, México, Equador, Chile...), pois os trabalhadores e povos não vão aceitar passivamente serem jogados na miséria.

Daí a necessidade imperiosa de preservar e defender nossas organizações. Precisamos do sindicato democrático, independente dos patrões e autônomo em relação aos partidos políticos onde caiba toda a base trabalhadora, independentemente de sexo, religião, convicção filosófica ou opção partidária. É esse sindicato que organiza a luta em defesa do salário, do emprego, das condições de trabalho.

Para lutar precisamos de democracia, de liberdade de organização e expressão. O estado democrático de direito está ameaçado por um grupo político e ideológico que aparelhou setores do judiciário e do ministério público. Para prender lideranças sindicais e políticas - como o ex-presidente Lula - estão pisoteando as garantias e direitos individuais, consagrados na constituição, implantando um estado de exceção, com um governo autoritário, obscurantista, inimigo dos direitos humanos, da cultura e da ciência.

Após a apresentação de seis propostas de teses e mais de 50 intervenções em plenário, os delegados adotaram resoluções que colocam no centro a luta pela unidade do povo e dos trabalhadores em defesa dos serviços públicos, da democracia e da soberania nacional.

O fundamental é levar imediatamente para cada local de trabalho o esclarecimento sobre o que é a EC 95 e as PECs 186, 187, 188 além da MP 905 e chamar nossa categoria para o calendário de lutas das três esferas - federal, estadual, municipal - e também do setor privado que culmina com a greve de 18 de março.

O Congresso elegeu uma chapa única para preencher os 50 cargos da Executiva, Direção Nacional, Suplência e Conselho Fiscal. Os mandatos dos membros dos Departamentos foram prorrogados por até 180 dias. Em sua primeira reunião a nova direção aprovará o calendário dos Encontros dos Departamentos que ocorrerão até julho de 2020 e renovarão suas coordenações.

Executiva da Condsef/Fenadsef



CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

- 06 a 31/01 - Assembleias e atividades na base preparando a Campanha Salarial e pressão sobre os parlamentares em suas bases eleitorais;
- 23/01 - Encontro Nacional do Departamento de Aposentados e Pensionistas da Condsef, em Brasília;
- 24/01 - Mobilização do Dia Nacional do Aposentado;
- 11/02 - Conselho Deliberativo de Entidades;
- 12/02 - Lançamento da Campanha Salarial em Brasília e Ato das Centrais na Câmara dos Deputados;
- 13/02 - Plenária Nacional da Condsef/Fenadsef;
- 08/03 - Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora;
- 18/03 - Dia Nacional de Luta em Defesa do Serviço Público, Estatais, Emprego e Salário, Soberania, Defesa da Amazônia, Agricultura Familiar: mobilizações, protestos e greves;
- Reativar os Fóruns Estaduais das entidades sindicais do setor público.

RESOLUÇÕES DO XIII CONCONDSEF/IV CONFENADSEF

RESISTIR E LUTAR EM DEFESA DOS DIREITOS, DO SERVIÇO PÚBLICO, DAS ESTATAIS E DA DEMOCRACIA

1. O XIII Congresso da Condsef e IV da Fenadsef ocorrem enquanto estarão tramitando no Senado e na Câmara dos Deputados as PECs do governo Bolsonaro que provocam o mais brutal desmonte dos serviços públicos. Uma verdadeira ameaça à soberania nacional.
2. Não é apenas um ataque à maioria dos servidores e empregados públicos que trabalham em benefício da população. Num prazo relativamente curto seria a pura e simples destruição da presença do estado na saúde, educação, assistência, programas sociais. Sobrariam a justiça, o ministério público, as forças da repressão.
3. A principal tarefa de nosso Congresso será discutir as formas e meios para construir uma ampla unidade para a defesa dos serviços públicos que se confunde com a defesa da nação e da democracia.

CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

4. Os desafios colocados diante de nós são imensos numa situação marcada por ataques sem precedentes às conquistas e direitos da classe trabalhadora e à própria existência de organizações sindicais como instrumentos da luta de classe contra a exploração do capital.
5. Em 2008, a quebradeira provocada pelo sistema financeiro nos Estados Unidos jogou a economia mundial na maior crise desde o crash de 1929. O remédio encontrado - "quantitative easing", a injeção de trilhões de dólares em dinheiro público nos bancos privados - só preparou novas crises com as bolhas financeiras ameaçando estourar a qualquer momento.



6. O capital financeiro se encontra todos os anos em Davos, na Suíça, para debater a crise e buscar soluções. Mas, os problemas econômicos só se agravam num cenário em que, para preservar sua capacidade de acumulação e suas taxas de lucro, os capitalistas precisam retomar tudo o que foram obrigados a ceder aos trabalhadores nas décadas anteriores, principalmente após a Segunda Guerra Mundial: legislação trabalhista, sistemas de previdência social, sistemas de saúde, educação. Tudo precisa ser privatizado e deixado sob controle do capital.

7. A imensa instabilidade no sistema econômico-financeiro tornou-se internacionalizada. Nunca os governos foram tão impotentes diante da voracidade dos trustes internacionais, cujo poder é superior ao poder político dos governos. A lógica do capital monopolizado se impõe sobre a velha democracia burguesa parlamentarista, em crise por toda parte.

8. A Condsef/Fenadsef escolhe o caminho da resistência, defendendo os direitos dos servidores, os empregados públicos, o serviço público e estatais e nossas organizações sindicais, reforçando a luta contra o governo Bolsonaro e seus aliados, inclusive estrangeiros, como o imperialismo dos EUA ao qual ele se subordina.

Trump tire as patas da América Latina!

9. A ofensiva do capital encontra severa resistência.

10. O povo do Equador se levantou contra o pacote de Lenin Moreno de aumento dos combustíveis e derrubou o Decreto, demonstrando a vitalidade da luta dos povos que se enfrentam diretamente às ordens do FMI.

11. O povo Chileno se mobilizou contra um aumento de 30 pesos no metrô para logo enfrentar-se com o governo Piñera, que reprimiu duramente as manifestações, decretou toque de recolher, prendeu milhares, mas foi obrigado a recuar do aumento das tarifas. As manifestações passaram a questionar toda a política de privatização que gerou imensas desigualdades sociais: "não é por 30 pesos, é por 30 anos"! Num novo recuo, Piñera fala em convocar "congresso constituinte", uma manobra para bloquear o movimento pela Assembleia Nacional Constituinte Soberana, como é a vontade popular para varrer as atuais instituições, herança da ditadura de Pinochet.

12. O Haiti, primeira república negra da história, vive levantes populares desde julho, exigindo a demissão do presidente títere dos EUA, imposto por uma fraude eleitoral.

13. Essa onda de resistência se integra às mobilizações populares na França (coletes amarelos), Argélia (por "fora o sistema"), Líbano, Iraque, Hong-Kong...

14. A resistência está presente também no terreno eleitoral. O México elegeu Lopez Obrador para se defender dos EUA, na Argentina o povo derrotou Macri e sua política do FMI. Na Bolívia, a vitória eleitoral de Evo Morales foi impedida por um golpe de estado preparado por Carlos Mesa, candidato do imperialismo, que alegou fraude dando a senha para grupos de extrema-direita desatarem uma espiral de violência até que a OEA, sem apresentar nenhuma prova, declarou que as eleições tinham que ser anuladas. Os militares completaram o golpe, desatando uma espiral de violência contra o povo.



15. A ruptura com o imperialismo, como condição para a construção de nações livres e soberanas, é central e imediata em toda a América Latina. A unidade dos trabalhadores e povos da América Latina contra a ingerência do imperialismo na região interessa aos trabalhadores e à maioria oprimida do povo dos próprios Estados Unidos, pois a guerra de pilhagem que Trump promove no mundo é também uma guerra interna contra os trabalhadores, os negros, os imigrantes e a maioria do povo estadunidense.

16. Toda a situação mundial coloca os sindicatos diante de uma escolha: apoiar-se na resistência aos planos destrutivos do capital e sobreviver como instrumento de luta da classe trabalhadora, ou adaptar-se a eles, associar-se ao capital e destruir a sua própria base de representação, o que equivaleria a um suicídio.

Bolsonaro quer destruir a nação e também os sindicatos

17. Estamos diante de um governo de extrema-direita, capacho de Trump, obscurantista, inimigo dos direitos humanos, militarista e opressor. Um candidato a bonaparte que pretende impor um regime autoritário. Foi o que sobrou para garantir os privilégios da covarde burguesia local - cuja única ambição é ser sócia menor das multinacionais - diante do desabamento dos partidos que defendiam seus interesses com um verniz democrático (PSDB, PMDB, etc.). Sobrou para essa classe dominante venal recorrer a um aventureiro pinçado dos porões da ditadura, que manipula os mais baixos instintos presentes numa sociedade de brutal desigualdade e concentração de renda, para “limpar o terreno” ao lucro fácil do agronegócio, mineradoras, industriais, banqueiros e especuladores, às custas do povo trabalhador.

18. Bolsonaro é desdobramento do golpe contra Dilma, da prisão política de Lula e sua exclusão das eleições presidenciais de 2018, graças à fraude da Lava-Jato e da conivência dos “podres poderes” Judiciário e Legislativo. Processo que criou um Estado de Exceção.

19. Junto com a CUT, a Condsef/Fenadsef jogou um papel importante na luta contra o golpe em 2015-16. E isso numa situação difícil, em que, ao mesmo tempo, exigíamos a mudança da política econômica do governo Dilma, entregue à gestão do banqueiro Levy, que minava a sua própria base social e eleitoral.

20. Já no governo ilegítimo de Temer, participamos da Greve Geral de 28 de abril de 2017 que barrou a contrarreforma da Previdência.

21. Mas, tudo isso não foi suficiente para impedir a prisão de Lula e depois a eleição de Bolsonaro. Certo, nossos inimigos são poderosos, a grande mídia criou um ódio histórico a tudo o que significa organização independente dos trabalhadores -o que incluiu os sindicatos - como alvo, mas é certo também que na própria base dos nossos sindicatos havia desencanto com o governo Dilma, o que levou à frieza e até mesmo à adesão de trabalhadores à demagogia bolsonarista.

22. Bolsonaro assumiu com o mandato, dado pelos capitalistas e especuladores, de fazer a contrarreforma da Previdência. Puxamos uma Greve Geral em 14 de junho com as demais centrais, e se ela não impediu que a maioria reacionária da Câmara aprovasse a reforma também é verdade que Paulo Guedes não conseguiu destruir totalmente a aposentadoria com a capitalização.



Defender os serviços públicos, a nação e os servidores: derrotar as PECs da destruição

- 23.** Dia 05/11 o governo anunciou um pacote de quatro Propostas de Emenda Constitucional três enviadas ao Senado e uma a enviar à Câmara - a da contrarreforma administrativa.
- 24.** Trata-se de brutal ataque aos direitos e garantias do povo, dos trabalhadores em geral e dos servidores e empregados públicos.
- 25.** O pacote parte da lógica da Emenda Constitucional 95 - que bloqueou por 20 anos o crescimento dos gastos públicos. Denunciamos a EC 95 como a "PEC do fim do mundo" pois sua aplicação levaria obrigatoriamente ao desmantelamento dos serviços públicos em nível federal, estadual e municipal.
- 26.** É o que tenta fazer agora o governo Bolsonaro. Se na "era FHC" tentou-se implantar no Brasil o "estado mínimo", agora o que se avança é nenhum estado para os trabalhadores e o povo e tudo para o capital financeiro.
- 27.** O conjunto das medidas das quatro PECs visam a drenar recursos públicos para sustentar o pagamento dos juros da dívida pública e abrir espaço para ampla privatização - em particular da saúde e educação. Ao mesmo tempo, Bolsonaro apresenta projeto para privatizar a Eletrobrás e tentou entregar o pré-sal em leilão. Também a entrega da base de Alcântara, com grave atentado à soberania nacional, está prevista em votação no Senado.
- 28.** Em resumo, tentam impor no Brasil o "modelo chileno", com seus "indicadores macroeconômicos" tão preciosos para o FMI e tão radicalmente prejudicial e visceralmente rejeitado pela população daquele país - "não é por 30 centavos, é por 30 anos"!.
- 29.** Não por acaso, é nesse mesmo momento que os Bolsonaro sustentados pelo general Heleno e Sergio Moro - ameaçam com a volta da ditadura em caso de revolta contra sua política que é frontalmente contrária aos interesses do povo.
- 30.** Atualmente, procuradores e juízes não podem se filiar a partidos políticos. Agora, o governo Bolsonaro quer estender uma modalidade dessa proibição a todos os servidores públicos - retirando a estabilidade de quem for filiado a partido. Por quê? Seria para "lavar a culpa" de um governo que só foi eleito porque procuradores e juízes utilizaram suas prerrogativas funcionais para fazer militância política contra a democracia, em favor de Bolsonaro? Será para jogar uma cortina de fumaça no fato de terem corrompido um processo judicial para prender Lula e tirá-lo da eleição de 2018?
- 31.** É, portanto, nas condições de um estado de exceção e ameaças à democracia que um ministro tem a ousadia de desqualificar de maneira tão abjeta os servidores públicos ("é o cara que, quando você vai tirar um documento, te trata mal" - P.Guedes, na FSP de 03/11). Seu objetivo não é melhorar nada, é impor arrocho e desmonte dos direitos e do próprio serviço público:
- 32.** • redução salarial de 25% quando houver "emergência", ou seja para pagar a dívida; ficam de fora dessa "possibilidade" promotores, juízes, policiais e militares; é o estado reduzido à repressão;



- 33.** • "gatilhos" para impedir reajustes salariais, suspender a progressão funcional por dois anos, bloquear auxílios e benefícios dos servidores; depreciação das carreiras com salário inicial menor; mais tempo para progressões; corte de gratificações;
- 34.** • aumento do estágio probatório de três para dez anos: o servidor ficaria à mercê de ordens, mesmo ilegais, de governantes;
- 35.** • redução do número de carreiras "para 20 ou 30": longe de visar à racionalização, tenta destruir atribuições específicas das carreiras; é o que mostram, entre outros exemplos, os ataques a servidores que tentaram combater a mancha de óleo que atinge o nordeste do Brasil; os choques contra a área ambiental no momento das queimadas da Amazônia; a destruição da política indigenista contra a resistência dos servidores da FUNAI;
- 36.** • junção dos pisos de investimento na saúde e educação: em nome de uma suposta "flexibilidade" para os gestores abre, nos fatos, para desestabilizar tanto um sistema quanto outro, deixados ao bel-prazer de governantes de plantão;
- 37.** • tentativa de incluir gastos com inativos em rubricas constitucionais de investimento obrigatório (no caso da saúde): faria despencar os gastos com saúde implicando, abruptamente, no fechamento dos estabelecimentos que atendem à população;
- 38.** • revisão das licenças e gratificações, avaliação de desempenho para legalizar demissões, fim da estabilidade para os novos servidores e as regras de transição para os atuais, ampliação de contratos temporários e desvalorização dos salários a pretexto de comparar com os da iniciativa privada.
- 39.** Essa ofensiva se soma à terceirização ampla e à contrarreforma trabalhista de 2018 que não aumentaram o número de empregos, ao contrário do que dizia a propaganda do governo. E à reforma da previdência que já tira renda do bolso dos trabalhadores.
- 40.** Nas negociações das empresas públicas, como a Conab, Ebserh, Ceasa-MG, Valec, Imbel, o governo já está utilizando todo o peso negativo da contrarreforma trabalhista para impor a redução de direitos, sempre chantageando os empregados públicos com ameaças de retirar cláusulas sociais.
- 41.** Ao lado de outros "projetos" como "Carteira Verde Amarela" (trabalhador sem direitos) e as privatizações, essas PECs vão na linha de fazer do Brasil terra arrasada para a população trabalhadora e paraíso para o capital financeiro.
- 42.** Ao contrário do que diz o governo não serão "privilégios" que estarão sendo cortados mas, sim, a assistência pública aos setores mais necessitados da população e as bases da própria soberania nacional.
- 43.** Essas PECs negam totalmente o caminho para a conquista de nossas reivindicações gerais e específicas. Por exemplo, os servidores do PGPE que trabalham em organizações militares estão em luta por sua inserção no PCCTM, além da luta pela criação da carreira da defesa. O conjunto da categoria luta por reajuste no auxílio saúde e alimentação. Essas e outras reivindicações são de antemão bloqueadas por essas PECs.



- 44.** O único caminho é construir a mais ampla unidade -ativos, aposentados, pensionistas, setor público e setor privado, estatutários e CLTs - para derrotar esse pacote.
- 45.** Um instrumento que a Condsef/Fenadsef continuará impulsionando é o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais - Fonasefe como espaço de construção de consensos e iniciativas de mobilização, respeitando a autonomia de cada Entidade.
- 46.** Ao lado de nossas reivindicações salariais e sociais devemos também levantar a proposta de um plano de capacitação da força de trabalho, que inclua os saberes adquiridos e os sustentados, balizado pelas diretrizes e especificidades próprias de cada ambiente e coletivos de trabalho.
- 47.** E considerando o grande contingente de servidores que se aposentará a prazo curto e médio, a Condsef/Fenadsef deve buscar abrir canais de negociação com a Secretaria de Gestão para a implantação de um programa de preparação para a aposentadoria.

Como defender a existência dos sindicatos?

- 48.** Hoje, o governo de extrema-direita, inimigo dos sindicatos, fala em “modernizar” a estrutura sindical, acabando com a unicidade, já que a obrigatoriedade do imposto sindical -contra o qual a Condsef/Fenadsef sempre se posicionou - acabou com a contrarreforma trabalhista de Temer.
- 49.** Em nenhuma hipótese devemos “negociar” uma PEC do governo Bolsonaro de “reforma sindical”, cujo objetivo é limitar as negociações coletivas ao âmbito da empresa, fragmentando as atuais organizações.
- 50.** Em consonância com as discussões realizadas nos congressos da CUT, levantamos propostas sobre a questão da estrutura sindical que, se não resolvem todos os problemas, dão um norte para o seu enfrentamento:
- 51.** • É preciso que o sindicato busque representar todos os trabalhadores de um ramo ou atividade laboral onde está presente, associando terceirizados, temporários e outros que convivem no mesmo local de trabalho ou setor, sempre com o objetivo de equiparar as condições de trabalho àquela do trabalhador formalizado (carteira), lutando por empregos com direitos assegurados para todos, pois não queremos eternizar o trabalho precário.
- 52.** • Reforçar nossos princípios originais do sindicalismo cutista de construção de um sindicato com liberdade e autonomia, bancado pelas mensalidades (sindicalização), que coloca a luta reivindicativa acima do assistencialismo, que promove espaços democráticos de participação da base na sua gestão e que busque enraizar-se no local de trabalho.
- 53.** • O sindicato não é um fim em si mesmo, mas um instrumento a serviço da luta de classe contra o capital e seus representantes. Um sindicato independente dos patrões e governos, autônomo diante dos partidos políticos e credos religiosos, que associa todo trabalhador seja qual for seu sexo, etnia, nacionalidade, só poderá sobreviver com a adesão consciente e voluntária da base que pretenda representar.



É necessário lutar pela anulação da condenação de Lula e pelo fim do governo Bolsonaro

- 54.** Enquanto queimam as florestas, as estatais e os direitos, fábricas fecham suas portas e as universidades e escolas públicas agonizam, Bolsonaro prepara uma explosão social que ele mesmo organiza ao atacar brutal e frontalmente as reivindicações e direitos do povo trabalhador (congelamento do salário mínimo, reforma da previdência, destruição dos serviços públicos com as 4 PECs de Paulo Guedes, desmantelamento de programas sociais, da cultura...). Desde 2016, o ataque à democracia só aumenta, enquanto a situação econômica e social só se degradou para a grande maioria do povo.
- 55.** Ao seu eixo fundamental de defesa dos servidores, dos serviços públicos, das empresas estatais e empregados públicos, o Congresso da Condsef/Fenadsef integra a firme defesa da democracia.
- 56.** Vivemos no Brasil um estado de exceção. Leis e jurisprudências foram pisoteadas, o estado de direito, o devido processo legal, foram abertamente corrompidos pela chamada operação Lava-Jato.
- 57.** Servindo-se falsamente do "combate à corrupção", o ex-juiz Sérgio Moro, Dallagnol e outros procuradores de Curitiba utilizaram seus postos funcionais para exercer uma feroz perseguição política cujo alvo conjuntural é Lula mas que visa, de fato, atacar e destruir toda e qualquer organização da classe trabalhadora.
- 58.** É pela existência de um estado de exceção que permanecem impunes os mandantes do assassinato de Marielle e Anderson. Que aumentaram de maneira exponencial os assassinatos contra a juventude negra, lideranças indígenas, os feminicídios...
- 59.** Diante dessa situação o presidente da república anuncia a criação de um partido cujo símbolo são balas de calibre 38 e Sérgio Moro se deixar fotografar ao lado de sua efígie montada também com cartuchos de balas.
- 60.** A decisão do STF de, finalmente, obedecer à Constituição Federal (Art. 5º, inc. LVII, da Constituição Federal: "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória"), com a consequente libertação de Lula é uma vitória parcial, mas, ela não restabelece o Estado de Direito no Brasil.
- 61.** O que está em jogo é o direito de organização e expressão da classe trabalhadora, ameaçados pela violência jurídico-policia. É por isso que a luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora, da democracia e da soberania nacional exige que a Condsef/Fenadsef inscreva em sua ação cotidiana a luta pela anulação do julgamento de Lula e outras vítimas de "lawfare", punição dos responsáveis pelas arbitrariedades e abusos da Operação Lava Jato - agora escancarados pelas revelações do The Intercept - e pelo fim do governo Bolsonaro.
- 62.** Como entidade filiada à CUT relembremos que, no seu 12º Congresso (2015), nossa central apontou a necessidade de uma reforma política profunda nas instituições apodrecidas existentes, o que exige uma Assembleia Constituinte Soberana livremente eleita pelo povo. Devemos manter essa perspectiva, conscientes de que tal saída democrática só será possível com a mobilização das amplas massas populares a partir de suas reivindicações vitais.



ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Introdução

63. Na Constituição de 1988 foi consagrada a conquista do direito de sindicalização dos trabalhadores do setor público, sem que ocorressem modificações na estrutura sindical brasileira e mantendo a concepção corporativa varguista oriunda dos anos 30.
64. Por outro lado, fruto das experiências organizativas e das lutas reivindicatórias levadas pelos diversos segmentos do setor, surgiram vários modelos de organização sindical tendo como princípios a liberdade e autonomia sindical, traduzidos, principalmente, em alguns elementos fundamentais nesse processo:
65. a) Inexistência da unicidade sindical;
66. b) Estrutura sindical diferenciada do modelo confederativo preconizado pela legislação sindical (embora conservasse a essência da concepção estrutural);
67. c) Custeio – prescindindo do imposto sindical, e
68. d) Pulverização da representação sindical em inúmeras entidades

Experiências dos modelos sindicais

69. CONDSEF: criada em 1990, tem como principal base os sindicatos gerais, embora existam alguns sindicatos representativos de segmentos; todos de base estadual
70. FENASPS: criada em 1984, sua base são os sindicatos estaduais dos trabalhadores em saúde e previdência
71. UNAFISCO SINDICAL: criado em 1995 resultante a fusão de duas entidades representativas dos auditores fiscais da Receita Federal
72. SINDFAZ/RS – fundado em 1988 para representar os trabalhadores do Ministério da Fazenda naquele Estado

ENTIDADES SINDICAIS DE SERVIDORES PÚBLICOS DADOS CNES – Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (29/Mai/2018)

73. Entidades sindicais de servidores públicos ativas no CNES, por grau de entidade segundo região geográfica (Fonte: MTb Elaboração: DIEESE / Compilação: Nossa)

REGIÃO/UF	CONFEDERAÇÃO	FEDERAÇÃO	SINDICATO
NORTE	00	04	158
NORDESTE	00	09	645
CENTRO OESTE	02	246	283



SUL	00	07	406
SUDESTE	00	16	708
TOTAL	02	282	2.200

Crescimento, consolidação e estagnação

74. Nesse período foram bastante altos os índices de sindicalização, independente do modelo sindical, conferindo às entidades alto grau de representatividade e credibilidade junto à sua base e, com isso, a capacidade de exercer um sindicalismo combativo que mudou a relação do Estado para com seus trabalhadores.

75. Nesse processo sempre esteve presente um Estado autoritário, avesso ao reconhecimento das entidades como representantes das demandas de sua base, levando a uma situação de permanente conflito e constante mobilização em defesa da sua pauta de reivindicações.

76. Por outro lado, conquistas como desconto da mensalidade sindical na folha de pagamento, classificada como prioritária e, a liberação de dirigentes sindicais (a princípio com ônus para o empregador, depois extinto no governo FHC e transferido para as entidades), deram estabilidade para a sustentação do movimento sindical do setor público.

77. Outro aspecto importante desse período, é a busca pela unidade de ação, compreendendo que, embora em diversas organizações, a pauta de reivindicações eram similares, daí a criação de fóruns como a CNESF e hoje FONASEFE, mas, uma discussão central sempre foi deixada de lado: qual a estrutura sindical do setor que, a médio e a longo prazo, traria estabilidade e perenidade para a luta?

78. A CONDSEF é produto dessa tentativa com, de um lado, insucesso por não ter conseguido essa ampla unidade orgânica, de outro, sucesso por ter se consolidado como a maior entidade do serviço público federal na América Latina e reconhecida como interlocutora respeitada, com ampla capacidade de mobilização.

79. Com alguns reveses localizados, esse modelo se manteve estável até o golpe de 2016, quando muda significativamente a relação do governo federal com a representação dos trabalhadores do setor público.

A reação conservadora e os impactos no mundo do trabalho

80. Teleguiado pelo imperialismo, que viu seus interesses ameaçados, em particular após a descoberta do pre-sal, o golpe de 2016 rompeu a democracia e desvelou todo o preconceito social e o ódio de classe de uma burguesia subserviente ao capital internacional e para a qual tornou-se insuportável o início de distribuição de renda e de uma maior aplicação do orçamento público para os trabalhadores e os setores mais vulneráveis da população.

81. O governo golpista de Michel Temer abriu as portas para a desconstrução das políticas de proteção social e trabalhista. Nesse contexto, não ficariam de fora os trabalhadores do setor público.



82. Em primeiro lugar fechou-se as portas a qualquer diálogo com as entidades do setor público, obstruindo as negociações em curso da pauta de reivindicações; depois, a edição da reforma trabalhista e da EC 95 indicou a retomada do projeto neoliberal em um patamar mais agressivo.

83. A eleição do governo Bolsonaro intensifica essas agressões ao mundo do trabalho e, em particular, ao do setor público.

A nossa reação tardia

84. Quando foi aceso o sinal de alerta do encolhimento da sua base, a Condsef/Fenadsef criou grupo de trabalho com o objetivo de reunir dados para subsidiar a discussão e orientar posteriores deliberações.

85. O grupo de trabalho não alcançou maiores êxitos porque esbarrou na resistência das entidades em fornecer dados precisos sobre o nível de sindicalização ocorrido (cumpre registrar que o questionário enviado continha outras perguntas importantes); apenas 04 enviaram as respostas, que, juntadas aos dados coletados pela Subseção do DIEESE, revelaram alguns aspectos bastante significativos (embora pouco representativos do universo Condsef/Fenadsef):

86. a) Na nossa principal base – PGPE – o número de pensionistas ultrapassa o pessoal aposentados e da ativa

87. b) Ritmo acelerado de desfiliação motivado principalmente por:

88. • Aposentadoria;

89. • Falecimento;

90. • Abrir margem para consignação de empréstimos;

91. • Sensação equivocada de inutilidade do sindicato por terem se esgotado as ações judiciais.

92. A aceleração das aposentadorias já nos leva a concluir, sem prejuízo de todas as demais propostas e reflexões, pela necessidade de orientar o fortalecimento do trabalho junto aos aposentados e pensionistas que já beiram 50% nossa base.

93. Outras providências adotadas foram os Seminário Internacional e o Seminário da CONDSEF/FENADSEF sobre Organização Sindical, que fizeram um rico debate e apontaram caminhos. O resultado desses trabalhos precisa ser resgatado para se desdobrar em políticas e/ou ações nas entidades de base.

A intensificação das ameaças

94. A MP 873 editada em março desse ano só causou surpresa à quem acreditava ser possível a convivência democrática em um governo de extrema direita, que em todo momento afirmou sua ojeriza ao movimento sindical



95. O fato é que o estrangulamento financeiro das entidades sindicais cumpria o objetivo de eliminar o principal foco de resistência às suas políticas. No setor privado isso já tinha acontecido com a reforma trabalhista e o fim abrupto do imposto sindical.

96. O sucesso da mobilização jurídica, com a enxurrada de liminares favoráveis a manutenção do desconto em folha suspendeu momentaneamente essa investida, mas, por outro lado, obrigou aos sindicatos a acelerarem a busca por alternativas para contenção de gastos e melhora na estrutura de sindicalização e arrecadação para garantir sua viabilidade financeira.

97. A medida provisória caducou e logo em seguida o governo elabora um projeto de lei com o mesmo conteúdo, significando que o risco permanece.

A busca por alternativas de sobrevivência

98. Ao longo de sua existência os sindicatos da base da CUT-CONDSEF/FENADSEF aplicaram seus recursos financeiros na organização e mobilização de sua base e isso sempre representou um alto custo de manutenção, visto que exigiu (e exige) o constante deslocamento a Brasília, além das atividades nos seus Estados, custeio da máquina sindical e formação, por exemplo. Para isso a única fonte de receita foram as consignações dos seus filiados e, esporadicamente, receita de honorários jurídicos, isto é, o financiamento sindical conforme a concepção cutista e que sempre ficou no limite dessas necessidades.

99. A receita decrescente exige que as entidades encontrem alternativas para sua manutenção; duas são bastante visíveis:

100. a) Redução de custos, afetando toda a máquina sindical: pessoal, comunicação, formação, viagens etc.;

101. b) Convênios com agentes da iniciativa privada (farmácias, faculdades, escolas, seguros, etc.) para concessão de descontos e/ou outras vantagens aos filiados, entendidos como meros complementos para ajudar à permanência dos filiados.

O debate necessário e urgente

102. Em primeiro lugar, está claro que o que nos atinge é de natureza estrutural e não será a solução das fontes de financiamento que impedirá o declínio do movimento sindical do setor público.

103. A crise do nosso modelo sindical e a ofensiva do governo no sentido de destruir as estruturas do Estado implementada pelo governo ultra liberal, devem compor prioritariamente a nossa pauta. É extremamente perigoso que nos acomodemos e não enfrentemos de imediato o risco de estrangulamento das entidades, a exemplo do que ocorre após a MP 873 caducar, embora ela nos tenha atingido somente no campo da sustentação financeira.

104. A pulverização da representação sindical, expressa na enorme quantidade de entidades do setor, todas com a mesma pauta de reivindicações e sem atrair as novas gerações de servidores pode levar todas ao colapso. Por isso precisamos abrir a discussão sobre nosso modelo de organização. Este deve ser nosso foco central e prioritário.



105. É vital fortalecer os laços e a confiança da classe trabalhadora em relação às organizações sindicais e no trabalho de base fazer a disputa político-ideológica. É preciso uma reorganização que fortaleça e priorize os sindicatos de base, crie novas formas de organização e amplie a representação dos trabalhadores e das trabalhadoras com base nos territórios e no fortalecimento da organização horizontal; que combata a fragmentação e unifique o movimento sindical, na luta e – como decorrência – nas estruturas, fundindo sindicatos numa mesma base territorial; que incorpore todos trabalhadores e trabalhadoras da mesma base sindical independente do tipo de vínculo empregatício; que organize os trabalhadores e trabalhadoras informais, das plataformas digitais e a luta dos desempregados.

106. Outro aspecto que não devemos deixar de lado é o combate ao risco de nossos sindicatos perderem sua finalidade primeira e comecem a buscar atalhos que os desqualificariam para a luta, voltando-se para atividades assistenciais e de lazer ou de "clube de serviços". Aqui ocorre um choque frontal com a nossa concepção sindical de independência e autonomia.

107. Por outro lado, precisamos nos apropriar das experiências sindicais levadas a efeito com êxito em outros países, mesmo considerando diferenças fundamentais entre eles e a nossa experiência sindical.

108. Para a Condsef/Fenadsef duas frentes de ação são necessárias: em nível interno, dar prosseguimento às suas iniciativas de intensificar e aprofundar este tema junto as suas filiadas e, junto a CUT e ISP propor um programa conjunto de discussão e plano de trabalho.

109. Os delegados e delegadas do XIII CONCONDSEF e IV CONFENADSEF consideram que, dentre os pontos a serem discutidos com as entidades filiadas, devemos incluir:

110. • Fortalecer as ações nas mídias digitais;

111. • Fomentar nas direções da Condsef/Fenadsef e afiliadas a participação de jovens na direções;

112. • Promover campanha e incorporar na agenda a luta contra o genocídio da juventude negra, indígenas, militantes populares, lgbtphobia e violência contra as mulheres na sociedade, no mundo do trabalho e no movimento sindical;

113. • Elaborar juntamente com a Secretaria de Formação da CUT projeto formativo para as direções sindicais.

114. Entre os elementos para discussão é útil retomar as deliberações do 13º CONCUR:

115. a) reiteramos o princípio da liberdade e autonomia sindical como elemento constitutivo e estruturante do sindicalismo CUTista, tendo como referência a Convenção 87 da OIT (Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização), ao mesmo tempo que lutamos pela plena implementação das Convenções 98 (Direito de Sindicalização e negociação coletiva), 151 (Direito de Sindicalização e Relações de Trabalho na Administração Pública) e 135 (Proteção de Representantes de Trabalhadores);

116. b) tendo em conta as transformações que geram um contingente significativo de trabalhadores e trabalhadoras à margem da organização sindical, reiteramos o objetivo de ampliar a representação sindical



para o conjunto da classe trabalhadora; devemos identificar e organizar trabalhadores/as que estejam no serviço público e estatais mesmo que tenham outros vínculos além do estatutário ou CLT;

117. c) reafirmamos a importância de resgatar sindicatos que se afastaram do cotidiano e das instâncias da Condsef/Fenadsef, promover a fusão de entidades sindicais, além de orientar e promover um processo imediato de filiação de novos sindicatos.

118. Um verdadeiro petardo foi lançado pelo criminoso governo Bolsonaro com a edição das Propostas de Emendas Constitucionais (emergencial), que prevê a redução de 25% da jornada de trabalho e dos salários dos servidores públicos, visando cumprir os limites de gastos com pessoal: corte de reajustes salariais, da criação de cargos, de novas contratações e de aumentar despesas com os auxílios aos servidores, caso as despesas correntes da união, estados e municípios em situação de "aperto fiscal" superem 95% das receitas. Além da proibição de novos concursos públicos, suspensão das progressões de carreira do funcionalismo, entre outras verdadeiras aberrações.

119. Não nos restará alternativa: lutamos ou lutamos. A metralhadora do governo é giratória, e se não soubermos contra-atacar, seremos abatidos, um a um. Daí a necessidade de construção da mais ampla unidade entre todos os setores, administração pública direta e indireta, servidores do legislativo e do judiciário. A CONDSEF que nasceu sobre a bandeira da mais ampla representação sindical, tem a responsabilidade de propor e organizar esta unidade. Pela sua história de luta e combatividade, tem também a autoridade para liderar esta batalha.

120. E liderar esta batalha significa apontar rumos que possibilitem colocar a categoria em movimento em defesa de seu emprego e do serviço público, como também contra o desmonte das estruturas de estado, tão importantes em um país desigual como é o caso do Brasil. Portanto, é necessário a mais ampla unidade de todas as entidades representativas do funcionalismo público para enfrentar esta batalha. É preciso saber que Bolsonaro conta com o apoio do mercado e da maioria da mídia golpista, para implementar até o fim este projeto destruidor.

121. A unidade significa retomar o projeto de entidades as mais amplas possíveis, com representações do conjunto da categoria. E a autoridade da nossa Confederação esta no seu DNA, sendo que sua origem é de representação do conjunto da classe do funcionalismo público. Para enfrentar a unidade dos detentores do capital e do aparelho de estado, é necessário a unidade dos que colocam em funcionamento estas estruturas, ou seja: a classe trabalhadora.

121. Devemos apontar para a unificação de nossas entidades de base, e devemos abrir um diálogo para unificar a Condsef/Fenadsef com outras entidades de representação superior da categoria. As amarras burocráticas devem ser colocadas em segundo plano, o que deve prevalecer são os interesses mais imediatos dos servidores, que são os seus direitos ameaçados, sua própria existência.

123. Benefícios para os trabalhadores só virão com muita luta e mobilização. Eventuais negociações que a Condsef consiga arrancar só alcançarão resultados esperados pelos trabalhadores se, antes delas, houver mobilização de base. Igualmente, precisamos denunciar a prática de rachar a classe trabalhadora, prometendo benefícios para alguns em detrimento de outros trabalhadores, mas sem jamais alterar os ganhos do grande capital e dos setores verdadeiramente privilegiados. São manobras que visam a garantir adesão



daqueles grupos que, supostamente, “não serão atingidos”. É o caso da divisão entre os futuros e atuais servidores públicos, ou da divisão entre carreiras.

PROPOSTAS

- 124.** • Propor a CUT reunião do macrossetor do serviço público com encontro no início de 2020, tendo como pauta única ‘Organização Sindical’;
- 125.** • Propor a ISP encontro nacional com suas filiadas em 2020, com pauta única ‘Organização Sindical’;
- 126.** • Propor para o primeiro semestre de 2020, encontro nas cinco regiões brasileiras com pauta única ‘Organização Sindical’, à luz dos seminários (internacional e nacional) já realizados sobre o tema;
- 127.** • Solicitar a Subseção do Dieese da Condsef/Fenadsef levantamento de dados sobre a base da CONDSEF/FENADSEF e das entidades filiadas, que subsidie essa discussão;
- 128.** • Incluir, transversalmente, nessas atividades, as deliberações do 13º CONCUR e do Congresso da ISP.

ELEMENTOS DE BALANÇO

129. A gestão 2017/2019 manteve a tradição de autonomia e independência de nossa entidade em relação a partidos e governos. Um exemplo anterior dessa atuação foi o acordo de greve assinado em 2015 entre a Condsef e o governo da época, quando conseguimos uma histórica conquista para cerca de 376 mil aposentados e os servidores da ativa que estão se aposentando, que foi a garantia da incorporação das gratificações de atividade e de desempenho pela média dos últimos 5 anos. Continuando nessa trajetória, na atual gestão, a defesa dos interesses materiais e morais dos servidores e empregados públicos foi articulada com a defesa da democracia e da unidade da classe trabalhadora.

130. Na luta contra o golpe jurídico-parlamentar consolidado em 2016 tínhamos consciência que o ataque à democracia implicaria numa generalizada ofensiva contra os trabalhadores em geral e contra os servidores e empregados públicos em particular.

131. A Condsef/Fenadsef não se retraiu diante do Governo e da manipulação da imprensa contra os serviços e os servidores públicos, lutando especialmente contra a terceirização, a reforma Trabalhista e da Previdência, participando das greves gerais de 2017 e 2018 contra a reforma da Previdência e enfrentando o PDV do governo Temer. Também impulsionamos a participação da categoria nas diversas manifestações ocorridas em Brasília, específicas e gerais, como a Marcha das Margaridas, e nas atividades da Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços Públicos e das Estatais.

132. Enfrentamos a crise no momento dos cortes nas consignações, orientando ações que na sua maioria obtiveram sucesso, com uma pressão, inclusive no congresso, que fez cair a MP 873.

133. Também não nos intimidamos diante da onda reacionária que endeuçou a ação partidária de agentes públicos treinados fora do Brasil na chamada "operação LavaJato", um instrumento político-ideológico que não visa a combater a corrupção mas, sim, a combater e destruir a organização dos trabalhadores.



134. Nossa entidade lutou ao lado dos trabalhadores das Empresas Estatais de sua base na negociação de Acordos Coletivos de Trabalho numa situação extremamente difícil, legitimando a Condsef/Fenadsef como representante desses segmentos. Participou de Audiências Públicas acusando o governo de promover o desmonte do Serviço Público, iniciado com as privatizações. Convocou sua base para mobilizações contra as Reformas do Governo, contra o FUTURE-SE, contra a EC 95.

135. Na defesa dos servidores e empregados públicos, a Condsef/Fenadsef denunciou a exploração predatória da biodiversidade, do território, da água e dos recursos minerais, a liberalização da mineração em terras indígenas e áreas de preservação, o desmatamento da Amazônia, os conflitos e a perseguição de lideranças no campo, as demissões e as transferências de profissionais qualificados em meio ambiente e em pesquisas, o desmonte da legislação ambiental, os descasos com catástrofes como Mariana, Brumadinho, queimadas na Amazônia e despejos de óleo nas praias Nordestinas.

136. Essas e outras catástrofes não são meras fatalidades mas, sim, são o resultado da falta dos serviços públicos, do seu desmonte e da privatização de estatais. Por isso a defesa do servidor e empregado público, do serviço público e das estatais é também a defesa dos direitos e das condições de vida do povo trabalhador do Brasil.

Em defesa da democracia, contra toda discriminação e opressão

137. O golpe que destituiu a Presidente Dilma violou a democracia e, por isso, abriu as portas para a emergência de um lodo de preconceito, discriminação, obscurantismo que atinge em cheio a classe trabalhadora e o povo oprimido.

138. Como parte da defesa material e moral da classe trabalhadora, é tarefa das organizações sindicais o combate a todo tipo de discriminação. A pauta dos movimentos sociais, por melhores condições de vida e trabalho, vem ao encontro das bandeiras históricas de entidades do serviço público, como a valorização do serviço público e de seus/suas trabalhadores/as. É uma luta que envolve a questão da mulher, o combate ao assédio moral/ violência no local de trabalho, o combate à homofobia.

139. No processo eleitoral de 2018, surgiram covardes candidaturas caluniosas e cheias de ódio contra mulheres, negr@s, indígenas, populações LGBTQI+ e outros tantos segmentos excluídos.

140. Conclamamos esses segmentos da base da Condsef/ Fenadsef para se envolverem nos movimentos, debaterem e apresentarem em nossos fóruns suas realidades e demandas pois, mais do que nunca, é hora de marchamos juntos, com força, unidade e ousadia.

Nesse sentido reproduzimos trechos das resoluções a respeito aprovadas no 13º CONCUT (trechos):

141. Organização das Mulheres, Negros, Juventude, Aposentados e Pessoas com Deficiência.

142. Pela ratificação da Convenção 190 da OIT contra violência e assédio no local de trabalho.

143. A organização e representação das mulheres, negros e jovens e pessoas com deficiência no interior da Central e dos sindicatos filiados são imperativos para a construção de um sindicalismo forte e combativo que



represente a luta dos diversos segmentos da classe trabalhadora na defesa de seus direitos e reivindicações para a construção de um novo sindicalismo que represente os diversos segmentos da classe trabalhadora.

144. A CUT tem claro que, para continuar representando todos os segmentos da classe trabalhadora, deve tomar para si o compromisso de organizar e representar esses trabalhadores (as).

145. A organização das mulheres, negros e jovens e pessoas com deficiência no interior da Central e de suas instâncias tem contribuído para uma maior intervenção na busca por igualdade e no combate às discriminações, sendo fundamental no combate à violência, à misoginia, ao racismo e na luta pela manutenção e ampliação de direitos políticos e sociais.

146. As demandas trazidas pela população negra e pela juventude trabalhadora e pessoas com deficiência desafiaram a CUT a criar estruturas específicas no seu interior (Secretarias), importantes espaços de construção de políticas voltadas ao combate do racismo e das discriminações no trabalho e na sociedade, além de processos de organização no interior da CUT.

147. Essas questões devem ser assumidas coletivamente pelo conjunto das instâncias, sendo necessária essa intersecção como horizonte que norteie a nossa ação, a partir dos sindicatos.

148. Assim, as instâncias e sindicatos devam estabelecer uma política para o desenvolvimento de ações voltadas a ampliar a formação e participação das mulheres, negros, negras e juventude e pessoas com deficiência nos seus diversos espaços de direção, de representação e de formulação, bem como nas mesas de negociação.

149. Nossas Confederações, Federações Nacionais e Sindicatos, devem desenvolver ações de combate ao assédio moral e sexual nos locais de trabalho e nos espaços públicos, definindo ações na defesa de políticas públicas para as diversas áreas.

150. As entidades dos diversos ramos devem buscar ampliar a representação e o alcance das negociações coletivas de forma a abarcar, além das questões relativas às demandas específicas de cada categoria, os demais temas que afetam de forma diferente as mulheres, negros/as, juventude, e pessoas com deficiência, LGBT, indígenas e migrantes nas relações de trabalho, a exemplo da discriminação e desigualdade de remuneração e de tratamento, considerando experiências acumuladas em alguns setores.

LGBT e os direitos humanos no mundo do trabalho

151. A CUT compreende que todos e todas, sem distinção, devem ter seus direitos humanos garantidos, recebendo tratamento igualitário e proteção contra preconceitos de qualquer tipo. No mundo do trabalho e na sociedade em geral, lutamos pela livre orientação sexual e identidade de gênero, para que as especificidades das pessoas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) sejam respeitadas e a heteronormatividade dominante seja desconstruída.

152. A igualdade e a não discriminação são princípios fundamentais dos direitos humanos em todo o mundo, e todos os esforços são importantes e necessários para garantir às pessoas LGBT não só o direito ao trabalho, mas a um ambiente inclusivo, com respeito e liberdade, sem constrangimentos ou violências e sem



discriminações em relação à educação profissional, recrutamento, promoção, demissão, condições de emprego e remuneração.

153. A ofensiva ultraconservadora e a discriminação LGBTfóbica nas relações de trabalho dificulta ainda mais a inclusão da população LGBT no mundo do trabalho e a garantia de seus direitos, inibindo o acesso ao emprego e dificultando a igualdade de condições e oportunidades.

154. A coalizão reacionária e golpista que derrubou Dilma, prendeu Lula e elegeu Bolsonaro vem implementando seu programa antinacional, antipopular e antidemocrático. O crescimento do desemprego, o rebaixamento dos salários, a precarização das condições de trabalho e os cortes nos investimentos sociais estão afetando toda a classe trabalhadora, sobretudo seus setores mais marginalizados e vulnerabilizados, entre os quais os LGBT.

155. As entidades sindicais CUTistas deverão criar coletivos de debate e organização de trabalhadores e trabalhadoras LGBT; produzir materiais e publicações sobre a pauta LGBT; promover campanhas contra a LGBTfobia no mundo do trabalho; realizar seminários e cursos de formação de militantes e dirigentes sindicais acerca das temáticas LGBT; participar da articulação com organizações aliadas do movimento LGBT e das suas mobilizações, a exemplo das paradas, bem como estimulá-las a debater e pautar as questões relativas ao mundo do trabalho; e integrar os mecanismos de participação e controle social de políticas e direitos LGBT.

156. Tendo em vista que importantes pautas de reivindicação LGBT podem ser conquistadas nos acordos coletivos, a CUT elaborará uma minuta de cláusulas e orientações aos sindicatos para serem incorporadas em suas campanhas e mobilizações.

Trabalho Sadio

157. Assédio moral ou violência moral no trabalho não é um fenômeno novo. Na verdade, a questão é tão antiga quanto o próprio trabalho. Ela vem recebendo um destaque maior na mídia e nos meios jurídico e político desde o final dos anos 90, sobretudo em razão de estudos e pesquisas (incluindo da OIT – Organização Internacional do Trabalho e OMS- Organização Mundial da Saúde) e da tendência de se humanizar um pouco mais as relações de trabalho. E, bem recentemente, em junho deste ano, a OIT aprovou a Convenção 190 sobre Violência e

158. Assédio no Trabalho, a qual nos instiga a refletir sobre os desafios para o movimento sindical, sobretudo frente a conjunturas de retrocesso; sobre a importância de articulação, união de entidades sindicais.

159. As mudanças radicais ocorridas no mundo do trabalho (novas políticas de gestão; reestruturação produtiva; globalização; uberização; privatização; flexibilização de direitos) alteraram as relações de trabalho e o próprio perfil do/a trabalhador/a. Surgem tensões e pressões que repercutem na vida cotidiana dos/das trabalhadores/as, com sérias interferências na sua qualidade de vida, gerando desajustes sociais e transtornos psicológicos.



160. Estamos vivendo num mundo globalizado que tem como uma de suas características a competição real e a tendência de correr para não ficar para trás. Essa é uma realidade não só empresarial, mas também do setor público.

161. Essa competição desmedida entre trabalhadores (as) e empresas/organizações, a exacerbada preocupação com a produção, a valorização do individualismo, o desprezo pelo trabalho em equipe e a materialização cada vez mais acentuada das relações humanas, invertem uma hierarquia de valores. Desta forma, ficam prejudicadas as relações afetivas, a solidariedade, o companheirismo, a tolerância, a compreensão das imperfeições humanas. Cria-se um ambiente extremamente favorável ao assédio moral, o qual é gravíssimo para a saúde física e mental da classe trabalhadora, devendo ser combatido de forma permanente e eficaz, exigindo a adoção imediata de medidas preventivas.

162. O primeiro passo para os trabalhadores deve ser a organização e a informação, ainda mais que trata-se de uma conduta muito difícil de ser comprovada, o que desestimula as vítimas. O número de denúncias pode aumentar, a partir do momento em que conseguirmos instruir a classe trabalhadora, para que ela comprove essa irregularidade.

PLANO DE LUTAS

Eixos gerais da pauta de reivindicações

- 163.** • Revogação da EC 95 e da Contrarreforma da Previdência (EC 103);
- 164.** • Correção salarial e de benefícios com aplicação de índice a ser calculado pelo DIEESE;
- 165.** • Extensão dos índices da Lei 13.464/2017 para todos os servidores públicos federais;
- 166.** • Cumprimento de todos os acordos assinados em 2015;
- 167.** • Aplicação do valor mínimo de 50% de contrapartida nos planos de saúde;
- 168.** • Pela data-base em 1º de maio dos servidores regidos pela Lei 8.112/90;
- 169.** • Empresas Públicas: por verdadeiras negociações coletivas, fim do arrocho e dos cortes;
- 170.** • Derrotar a contrarreforma administrativa e as PECs 186, 187 e 188/2019 de Paulo Guedes ("plano mais Brasil");
- 171.** • Transposição para o RJU (ADIN 2135) dos anistiados que retornaram para os Ministérios (ADM Pública Federal Direta) como CLT;
- 172.** • Incorporação das gratificações de produtividade, inclusive a GSISTE;
- 173.** • Realização de concursos públicos para preenchimento das vagas existentes;
- 174.** • Preenchimento de cargos comissionados por servidores de carreira de acordo com o Decreto nº 5.497/2005;



- 175. • Retirada da MP 905/2019 (carteira "verde e amarela);
- 176. • Unificar as bandeiras de luta que são comuns ao setor público e privado;
- 177. • Lutar pela revogação da lei da terceirização;
- 178. • Lutar pela revogação da reforma trabalhista;
- 179. • Lutar pela revogação da reforma da previdência;
- 180. • Lutar contra todas as privatizações de órgãos públicos e estatais (Eletrobrás, Petrobrás, Casa da Moeda, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios, entre outros);
- 181. • Lutar contra a proposta de Lei do Saneamento, em tramitação no Congresso nacional;
- 182. • Pela auditoria da dívida pública
- 183. • Pela Reforma Tributária com sobretaxação das maiores fortunas.
- 184. • Extensão da Lei 13.324/2015 (incorporação) para todos os aposentados.
- 185. • Defesa do SUS, das estatais e garantia da participação popular nos fóruns de políticas públicas;
- 186. • Ratificação da Convenção 190 da OIT sobre violência e assédio no trabalho
- 187. • Lutar por uma campanha salarial unificada, data-base com reposição inflacionária;
- 188. • Contra o desmonte do serviço público e privatizações;
- 189. • Pela defesa da educação pública e do SUS;
- 190. • Pela defesa da estabilidade e dos direitos dos trabalhadores do serviço público;
- 191. • Pela manutenção da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- 192. • Pela defesa do direito de greve e da negociação coletiva;
- 193. • Pelo tratamento isonômico dos valores de benefícios;
- 194. • Pela melhoria das condições de trabalho;
- 195. • Pelo direito e liberdade de associação e organização sindical;
- 196. • Lutar pelo fim do ponto eletrônico na hora do almoço.



PLANO DE AÇÃO UNITÁRIO EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DAS TRÊS ESFERAS, DAS EMPRESAS PÚBLICAS E ESTATAIS, DO BRASIL E DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS

- 1.** Realizar ampla divulgação do manifesto aprovado na Plenária, convidando as entidades democráticas, sindicais, sociais e civis a assinarem o manifesto em apoio ao movimento.
- 2.** Criar um comando unitário nacional e frentes únicas nos Estados para organizar um trabalho nos parlamentos e na base, unificando as mobilizações e lutas de forma a amplificar suas narrativas e argumentos junto à opinião pública e meios de comunicação.
- 3.** Unificar o trabalho parlamentar de todas as entidades nas duas Casas do Congresso Nacional, nas assembleias estaduais e nas Câmaras municipais de forma a potencializar as posições em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.
- 4.** Articular e potencializar o trabalho de comunicação de todas as organizações e entidades inseridas nesta batalha, visando atingir de forma intensa a comunicação junto à opinião pública. Neste sentido, indicamos uma reunião de todos os setores de comunicação das entidades sindicais para discutir uma campanha publicitária unificada de defesa dos serviços públicos e das estatais.
- 5.** Potencializar a repercussão das ações junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Neste sentido, buscar alinhar as ações e capacidade de mobilização de forma a que os movimentos tenham mais força e maior impacto. Construir uma agenda unitária de lutas e atividades até o fim do ano.
- 6.** Articular com as diversas Frentes Parlamentares a realização de eventos em todas as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.
- 7.** Articular a aprovação nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais de moções dirigidas aos deputados federais e senadores em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial contra a MP 905, PECs 186, 187 e 188, a reforma administrativa e as privatizações.
- 8.** Articular uma estratégia de ação unitária no campo jurídico em relação aos projetos contrários aos interesses desta ampla frente sindical em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.
- 9.** Posicionar-se contra a PEC que prevê a redução da jornada e redução proporcional de salários e subsídios, e todas as medidas em tramitação contra os interesses soberanos do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.
- 10.** Indicamos ainda às centrais sindicais a necessidade de discussão da realização de uma greve geral no país.



MANIFESTO DAS CENTRAIS SINDICAIS

MANIFESTO EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PARA A POPULAÇÃO TRABALHADORA, DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

| Documento resultado da Plenária Nacional em Defesa dos Serviços Públicos Municipais, Estaduais e Federais, das Empresas Estatais, do Brasil e dos Trabalhadores |

O governo Bolsonaro quer destruir tudo que é público, quer acabar com o SUS, entregar a Educação para empresas privadas, privatizar os Correios e tantas outras empresas estatais que devem estar à serviço de atender com qualidade a população trabalhadora.

É isso que signific seu projeto de privatizações, é isso que signific as Medidas Provisórias lançadas nas últimas semanas: retirar direitos, precarizar ainda mais as condições de trabalho e manter o desemprego, pois as empresas vão continuar a demitir para contratar pagando menos e com menos direitos.

As medidas não combatem privilégios, pois quem vai ter o salário reduzido, não são os parlamentares, a alta cúpula do Judiciário ou das Forças Armadas, mas sim os servidores que atendem a população trabalhadora.

O Sistema Único de Saúde Pública do Brasil é referência mundial. Muitos moradores de países vizinhos atravessam a fronteira para serem atendidos em nosso país porque o atendimento é gratuito. O governo ataca nossos sistemas de saúde e ensino públicos e gratuitos, retiram direitos, querem acabar com a estabilidade dos servidores públicos para transformar a educação e a saúde em mercadorias, em serviços privados pagos, para beneficiar apenas quem tem capital e que pode transformar esses setores em lucrativo negócio para os seus interesses. Beneficiam famílias ricas e filios da elite em prejuízo do nosso povo, que labuta de sol a sol em busca de trabalho para sobreviver.

O governo Bolsonaro está vendendo até a Casa da Moeda. E o mais grave: destrói o sistema de fiscalização trabalhista e previdenciária para que as empresas possam ampliar a exploração e impor condições desumanas aos trabalhadores. Enfraquece os órgãos de fiscalização, promovendo desastres, como os incêndios na Amazônia, a poluição das praias, rios, reservas marinhas por óleo cru no Nordeste, além do uso desenfreado de agrotóxicos, já não sabemos se o que comemos e o que bebemos está adequado ao consumo por conta da irresponsabilidade do governo com a saúde e a vida. Esses são apenas alguns exemplos do intenso processo de destruição promovido pelo desmonte e esvaziamento dos órgãos públicos.

A população precisa de mais saúde, mais educação, mais médicos, um país sem investimentos em educação, ciência, pesquisa e desenvolvimento é um país sem futuro, que condenará os trabalhadores e seus filios a uma sobrevivência desumana em ambientes violentos, sem nenhuma perspectiva.

A proposta de Bolsonaro de acabar com a estabilidade do servidor público e reduzir salários nada tem a ver com a melhoria dos serviços prestados. Querem acabar com os direitos e os concursos públicos para entregar esses serviços para empresas privadas e ao invés do concurso público, o que vai prevalecer é a indicação para cargos feita por vereadores, deputados e senadores.

Lutar contra as privatizações dos Correios, Eletrobrás, Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, CODESA, CODESP, institutos de pesquisas como INPE, EMBRAPA, IBGE e tantos outros, além de ser uma luta contra mais demissões e retirada de direitos, é luta para garantir que os serviços públicos sejam voltados para atender as necessidades da população.

Um país rico em recursos naturais, precisa ter empresas estatais e públicas fortes e serviços públicos municipais, estaduais e federais de qualidade, prestados gratuitamente para o povo. Ao invés de retirar direitos e recursos financeiros, é preciso investir nos serviços públicos de qualidade.

POR EMPREGO, DIREITOS E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO VAMOS À LUTA:

CONTRA A PRIVATIZAÇÕES E OS PACOTES DO GOVERNO BOLSONARO QUE QUEREM ACABAR COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS E REDUZIR SALÁRIOS E DIREITOS DE QUEM ATENDE A POPULAÇÃO.

PELA REJEIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 905 DO GOVERNO QUE SIGNIFICA O EXTERMINIO DE DIREITOS E O AUMENTO DA MISÉRIA DA CLASSE TRABALHADORA.

BASTA DE ATAQUES AS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES; EM DEFESA DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS; CONTRA OS PLANOS ULTRALIBERAIS DO GOVERNO ULTRALIBERAIS DE BOLSONARO E GUEDES.



DIREÇÃO DA CONDSEF/FENADSEDF - 2020/2024

SECRETARIA GERAL: Titular - Sérgio Ronaldo da Silva (DF), 1º Adjunto - José Felipe Pereira (PE), 2º Adjunto - José Carlos de Oliveira (PE);

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO: Titular - Jussara Griffó (MG), 1º Adjunto - Gilberto Jorge Cordeiro Gomes (GO), 2º Adjunto - Dérmio Antônio Fillipi (SC);

SECRETARIA DE FINANÇAS: Titular - Pedro Armengol de Souza (PI), 1º Adjunto - Gilberto Rosas (RR), 2º Adjunto - José Ribamar Figueiredo Nascimento (MA);

SECRETARIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO: Titular - Luís Cláudio de Santana (RJ), 1º Adjunto - Sérgio Nilo da Silva (RJ), 2º Adjunto - Rogério Antônio Expedito (MG);

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS, PARLAMENTARES E DE CLASSE: Titular - Edison Vitor Cardoni (DF), 1º Adjunto - Gediel Ribeiro de Araújo Júnior (DF), 2º Adjunto - José de Assis (CE);

SECRETARIA DE POLÍTICA SINDICAL E FORMAÇÃO: Titular - Valter César Dias Figueiredo (MA), 1º Adjunto - Elna Maria de Barros Melo (PE), 2º Adjunto - Rosemary Manozzo (RS);

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Titular - Edvaldo Andrade Pitanga (BA), 1º Adjunto - José Ubaldo Silva de Santana (BA), 2º Adjunto - Walter Matos de Moraes (AM);

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS: Titular - Jurandir Pereira Liberal (PE), 1º Adjunto - Reinaldo Felipe dos Santos (DF), 2º Adjunto - Ricardo Abel Garcia de Passos (SE);

SECRETARIA DE MOVIMENTOS SOCIAIS: Titular - Maria Neuziana T. C. Uchôa (AP), 1º Adjunto - Maria Gizélia da Rocha Fonseca (RN), 2º Adjunto - Eduardo Magno Teixeira (PA);

SECRETARIA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS: Titular - Herclus Antônio Coelho de Lima (RO), 1º Adjunto - José Alves de Souza Filho (PR), 2º Adjunto - Wilton Marques (RO);

SECRETARIA DE GÊNERO, RAÇA, ETNIA E OPRESSÕES: Titular - Erilza Galvão dos Santos (BA), 1º Adjunto - Carlos Antonio de Abreu (DF), 2º Adjunto - Ismael José César (DF);

SECRETARIA DA SAÚDE DO TRABALHADOR: Titular - Paulo da Silva Vieira (RO), 1º Adjunto - Joana Darc dos Santos Lima (RO), 2º Adjunto - Arlene Carvalho da Silva (RJ);

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO: Titular - Luís Carlos de Alencar Macêdo (CE), 1º Adjunto - Carlos Alberto de Almeida (MT), 2º Adjunto - Francisco Assis de Queiroga (PB);

SUPLENTE DA DIREÇÃO NACIONAL: Edilson José Muniz (DF), Marcos Antônio de Lima Nunes (AP), Fernando Pivetta (MT), Adilson Nascimento dos Santos (MS), Mirian Vaz Parente (DF);

CONSELHO FISCAL: Titulares - Francisco Adriano Duarte Fernandes (CE), Almerindo Leite Farias (AP), Dealci Alves Ferreira (ES); Suplentes: Wesley Cássio Gouilly (MS), José Martins de Oliveira (PI), João Seno de Moura (PI).